

XVIII CONGRESSO NACIONAL



O NOVO CICLO PARA CUMPRIR PORTUGAL

Moção Política de Orientação Nacional

Primeiro Subscritor

António José Seguro

O NOVO CICLO

António José Seguro



“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.

Fernando Teixeira Andrade

INTRODUÇÃO

Abriu-se um ciclo político no País e também no PS.

Um Partido como o nosso tem responsabilidades históricas na vida nacional.

Em momentos decisivos, como na opção pelo regime democrático contra tentações de inspiração totalitária, pouco depois do 25 de Abril, ou quando o País optou pela plena integração na Europa comunitária, na década de oitenta, o PS desempenhou um papel decisivo porque soube interpretar correctamente a história, os interesses e os anseios dos portugueses.

Num momento tão difícil para Portugal, e numa fase tão crítica para a própria Europa, como acontece actualmente, o PS tem que estar à altura da história e dar o seu contributo sólido, convicto e responsável.

Mas, para isso tem que mudar, e muito. Não nos seus valores fundacionais, mas mudar no seu funcionamento e organização para ser capaz de produzir um pensamento e uma acção à altura da complexidade do mundo actual.

Uma das mudanças mais profundas que ocorreram nas últimas décadas está no acesso mais generalizado dos cidadãos à informação e ao conhecimento, o que os torna mais exigentes e ambiciosos na busca da felicidade e bem-estar material, por um lado, e mais escrutinadores da acção política por outro. Por isso, a política do futuro exige a participação cada vez maior das pessoas, e, conseqüentemente, a sua mobilização, o que não se consegue com práticas políticas obsoletas ou até desprestigiadas, ou formas primitivas de estar na política.

Se a queda do Muro de Berlim marca simbolicamente o fim de uma experiência política, social e económica, falhada, com base na antiga União Soviética, e simboliza o triunfo pleno da economia de mercado, a crise mundial actual representa o primeiro grande falhanço da globalização económica de inspiração liberal, que se desenvolveu de forma caótica, imoral, desequilibrada e insustentável do ponto de vista social, económico e ambiental.

Mas este falhanço não deixou de, em certos momentos, ter a colaboração ou omissão das forças progressistas, de alguma forma deslumbradas com a economia de mercado e que haviam encarado a queda do Muro de Berlim como o “fim da história e das ideologias”. Isto significa apenas que o mundo evoluiu de forma a exigir uma acção política mais complexa e exigente do que se supunha no seio de alguma esquerda.

Por esta razão, o PS tem que estar à altura de dar o seu contributo conjuntamente com

as forças progressistas da Europa e do Mundo, para a regulação da globalização, para a manutenção da paz e para a preservação do planeta que deixaremos às futuras gerações.

Como se compreende, este PS renovado não se alcança apenas com a eleição de uma nova liderança, de novos órgãos políticos, e a substituição de alguns protagonistas.

Esse PS só pode surgir do contributo de todos os militantes e simpatizantes, de um processo de abertura à sociedade e do contributo dos sectores mais dinâmicos da economia, da cultura e da sociedade portuguesas.

Esta Moção não é um produto final, elaborada por um pequeno grupo, e pronta a servir aos militantes. Aqui se faz sentir já um Novo Ciclo. Esta é uma moção redigida com base nos contributos de centenas de militantes, e indica o caminho que desejamos percorrer todos juntos. Só juntos poderemos ir longe.

Esta Moção é um testemunho da confiança que temos na capacidade dos militantes, dos portugueses.

Ninguém tem dúvidas, e desse facto se devem retirar as ilações adequadas, de que os portugueses constituem um dos povos do mundo com maior capacidade de adaptação e mudança perante os novos desafios. Não é por acaso que cerca de cinco milhões de compatriotas nossos vivem espalhados pelo mundo, integrados em novas realidades lutando por uma vida melhor.

O PS construirá e apresentará propostas que contribuam para enfrentar os problemas nacionais e que transformem a presente crise num desafio ultrapassável, que mobilizem os portugueses não os deixando cair no desespero e na descrença. Desta forma o PS voltará a credibilizar-se junto dos portugueses e será uma alternativa de governo.

É esse caminho que agora iniciamos, com convicção e confiança, e para o qual o PS conta consigo.

A Moção que se segue é o primeiro passo para a construção de um PS mais moderno, mais capaz e mais credível.

O NOVO CICLO

António José Seguro



O NOVO CICLO PARA CUMPRIR PORTUGAL

O Novo Ciclo tem a ver consigo. Diz-lhe respeito.

O Novo Ciclo dirige-se a si, a todos os militantes, simpatizantes e votantes do PS. Dirige-se às pessoas. Tem as pessoas no centro da acção política. As pessoas são a razão da nossa acção política.

O Novo Ciclo dirige-se aos trabalhadores, aos empreendedores, aos inovadores, aos criadores e aos cidadãos activos. Mas também aos desprotegidos e aos desiludidos. Dirige-se às mulheres, aos homens, aos jovens e aos idosos. Dirige-se a todos e a cada um. Dirige-se a quem não se resigna. A quem conserva o sonho de construir um Portugal competitivo, mais solidário e mais feliz.

O Novo Ciclo é, antes de mais, uma vontade e uma ambição.

De muitas pessoas que gostariam de ter um Portugal diferente.

De muitos militantes do PS que partilham o mesmo sonho e aspiram uma sociedade mais livre, justa e coesa.

De muitos portugueses que querem exercer de modo livre a sua cidadania.

Apela a todos os que desejam participar num processo de mudança que tem como base os nossos valores. Nesse sentido, é um projecto abrangente e que promove o PS como uma plataforma aberta, em ligação permanente com a sociedade.

O PS como uma plataforma dinâmica, activa e de todos.

Um espaço de partilha, discussão e de acção.

Chegou o tempo. O tempo para renovar. Para ousar. Para desafiar. Para construir.

O NOVO CICLO É UMA NOVA FORMA DE FAZER POLÍTICA PARA CUMPRIR PORTUGAL, COM AS PESSOAS E PARA AS PESSOAS.

Temos uma ideia clara do Portugal que queremos.

Um Portugal moderno, competitivo, progressista, sustentável, coeso, solidário e aberto ao mundo.

Sabemos o Portugal que queremos. Temos valores fortes. Temos um sonho. Uma ambição. E uma enorme vontade.

Em primeiro lugar, **assumimos um compromisso**: o do exemplo. Agir na política com valores éticos, com transparência e com responsabilidade. Colocando o interesse nacional acima de interesses partidários, sectoriais ou pessoais. Estamos na política para servir. E a primeira responsabilidade do PS é servir PORTUGAL.

Em segundo lugar, **buscamos o envolvimento das pessoas**. Queremos fazer política com as pessoas e para as pessoas. A participação e o envolvimento das pessoas determinam o êxito das propostas políticas. Só um projecto mobilizador do melhor que há em cada um de nós pode gerar um horizonte de esperança.

Afirmar Portugal enquanto país moderno, competitivo e socialmente justo é uma ambição que queremos concretizar. Contamos com a energia e a determinação dos portugueses.

Queremos um Portugal participado por todos, onde cada pessoa se sinta e possa ser protagonista do Futuro.

Um Portugal para todos os que têm esperança. Um Portugal para todos os que querem e lutam por um trabalho digno. Um Portugal com oportunidades para os jovens, onde estes se possam qualificar e trabalhar. Um Portugal de gente que trabalha e dá, todos os dias, o melhor do seu esforço. Um Portugal de gente ambiciosa, que não se contenta com o seu passado glorioso. Um Portugal de cidadãos activos, empenhados, autores do futuro da sua terra e do seu país.

Um Portugal onde possamos voltar a sonhar e, sobretudo, onde tenhamos o direito de lutar para concretizar o nosso sonho. E o nosso sonho é cumprir Portugal!

Isto diz-lhe respeito.

Portugal precisa de si. Portugal chama por si!

1. UMA NOVA FORMA DE FAZER POLÍTICA

Colocar a ética e a transparência como matriz do nosso comportamento.

A liberdade de pensar sem constrangimentos.

A liberdade de decidir apenas e só em função do bem comum.

A liberdade de assumir um projecto envolvente, de todos e para todos. Assumir as virtudes da diferença e do debate de ideias. Incentivar a crítica construtiva e disponibilidade permanente para ouvir. Dentro e fora do PS. Próximo dos militantes e numa relação franca com as várias instituições e organizações da sociedade.

A participação como instrumento essencial da vivência democrática.

Assumir uma nova cultura de responsabilidade. Onde a relação entre o Estado e os cidadãos seja norteada pela confiança e não, como até aqui, baseada na desconfiança mútua.

Com uma atitude positiva e activa para melhorar Portugal.

Uma postura cooperante para a procura das melhores soluções para Portugal.

Ideias e propostas para dar esperança aos milhares de jovens.

Empenho e determinação para a urgência de crescimento económico e emprego. Sempre na procura de um Portugal mais desenvolvido, coeso e com justiça social.

A política não é um jogo. A política não serve para ganhar dinheiro. A política é o motor da transformação social e da ambição de um futuro melhor. Os políticos devem exercer os respectivos mandatos com total transparência. Adoptaremos um **Código de Ética** para o exercício dos cargos partidários e para os cargos públicos. Queremos separar o trigo do joio.

1.1. UMA NOVA FORMA DE FAZER POLÍTICA EM PORTUGAL

O País está numa situação nova e complexa, o que exige uma nova maneira de fazer oposição.

Seremos uma oposição responsável, porque uma decisão menos reflectida pode agravar significativamente a situação do País.

Assumiremos uma oposição construtiva, positiva e uma cooperação sadia com o Governo nos assuntos estruturantes para a afirmação de Portugal no Mundo e para o cumprimento dos nossos compromissos internacionais, num quadro de clarificação ideológica e separação de modelos e visões para Portugal, rejeitando a sujeição dos valores humanistas e da dignidade das pessoas aos caprichos dos mercados.

O PS não deve nem pode abdicar dos seus valores fundadores, que definem a sua identidade e o seu espaço na sociedade e na economia portuguesas, e que têm marcado a política portuguesa mesmo antes de vivermos em Democracia. Afirmaremos em cada momento o nosso pensamento estratégico.

Temos que deixar como herança para as gerações futuras um País mais próspero, com mais riqueza para distribuir e com condições de crescimento sustentável, mas não podemos deixar que isso seja argumento para que se acentuem as desigualdades sociais e que a igualdade de oportunidades seja posta em causa, tal como não podemos abandonar os mais desfavorecidos, que são quem corre o risco de mais sofrer com o processo de ajustamento que estamos atravessar.

O PS é, hoje, por vontade dos portugueses, um partido de oposição. Mas há formas e formas de se ser oposição. Seremos oposição construtiva, positiva, equilibrada entre aquilo que concede e aquilo que exige; cooperante, mas atenta à acção do Governo e aos sacrifícios que se exigem aos portugueses. Os sacrifícios devem ter um sentido político e ser partilhados de forma equitativa, promovendo a diminuição das desigualdades sociais e valorizando a dignidade das pessoas. Há um núcleo de direitos fundamentais que deve ser garantido aos portugueses como condição essencial da comunidade inclusiva que defendemos.

Uma comunidade que respeite a diferença e que promova, com naturalidade, a igualdade efectiva entre homens e mulheres. Um país que se orgulhe dos avanços civilizacionais promovidos e realizados pelo PS, de onde se destaca a despenalização da prática da interrupção voluntária da gravidez e o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Um país solidário com as futuras gerações utilizando os recursos de forma racional e não egoísta.

A nossa responsabilidade é transmitir às futuras gerações de portugueses um país

melhor e mais desenvolvido do que aquele que a nossa geração recebeu.

Assim, a acção política do PS é e será definido por três palavras:

Responsabilidade, contribuindo de forma activa para resolver os problemas que enfrentamos, na formação dos consensos que verdadeiramente defendam o interesse nacional e criem condições sustentáveis de melhoria das condições de vida dos portugueses;

Solidariedade, na partilha de sacrifícios aos portugueses e na defesa, também, da equidade entre gerações, como forma de não pôr em causa a coesão social nem comprometer o futuro;

Modernidade, como forma de reforçar a nossa capacidade competitiva, elevando a produtividade do trabalho e criando condições para o aumento sustentável dos salários e do nível de vida das pessoas.

Os órgãos de soberania sabem com o que contam. Contam com um PS responsável, disponível para ajudar a resolver os problemas do país e firme na afirmação dos seus valores matriciais.

Também aqui apostamos num novo ciclo. Desejamos uma relação sadia com o Governo. Não enveredaremos pelo bota-abaixo, nem pelo discurso negativista. Oxalá os restantes partidos o saibam compreender e se abram, sem tabus, a novos diálogos e compromissos. A cultura do compromisso, em nome do interesse nacional, fiéis aos nossos valores substituirá a velha política, baseada na retórica vazia da clivagem partidária. Afirmaremos as nossas diferenças pela substância e pelo mérito de quem põe Portugal em primeiro lugar.

Urge ultrapassar as dificuldades. Queremos fazer parte da solução e não do problema. Mas, queremos clarificar: somos o principal partido da oposição.

Ao mesmo tempo, avançaremos com propostas em coerência com os nossos valores e **desenvolveremos de forma consistente e participada uma alternativa política válida**. Apostaremos na participação activa dos cidadãos.

O PS não ficará à espera que o Governo caia de podre. O rotativismo não resolve os problemas do país. Somos alternativa.

A nossa ambição é elaborar uma proposta política que conquiste, de novo, a confiança e o entusiasmo dos portugueses.

Outro dos nossos eixos prioritários da acção política será o combate à corrupção.

A corrupção é inimiga do Estado de Direito e está a enfraquecer o nosso regime democrático, apresentando-se como um fenómeno que ultrapassa em muito a esfera da actuação pública, sendo transversal a toda a sociedade portuguesa e, por isso, constituindo-se como uma séria ameaça para o desenvolvimento económico sustentável.

O Partido Socialista terá um papel determinante neste domínio, comprometendo-se a ampliar a sua capacidade de intervenção e apresentação de medidas e soluções que permitam gerar resultados efectivos na dissuasão da corrupção.

O esforço de combate à corrupção e de credibilização da actividade política não podem ser bem sucedidos se não emprendermos uma mudança na forma como convivemos com a informação pública, com a gestão do interesse público, com os contratos outorgados por entidades públicas ou com quaisquer outros actos públicos.

A **transparência** é o necessário corolário dessa mudança. Só assim poderá haver responsabilização dos agentes políticos. Só assim será possível individualizar aqueles que, por força de um sistema opaco, contribuem para criar uma imagem de suspeição generalizada sobre a vida pública, colocando os respectivos interesses individuais à frente da causa pública.

A abertura e transparência do Estado e demais entidades públicas a um amplo escrutínio público deve igualmente estender-se aos partidos porque estes continuam a ser os pilares essenciais do funcionamento do Estado de Direito democrático. Iremos, por isso, alargar a transparência externa e interna das actividades do Partido Socialista num sinal de amadurecimento da vida partidária no seio da sociedade.

O PS participará na busca de consensos alargados para a definição de regras de transparência, registo e âmbito da actividade de lobbies.

Temos consciência que prevalece na sociedade portuguesa um sentimento de desconforto em relação a alguns **pilares estruturantes do regime democrático**.

O nosso regime democrático padece de graves problemas na justiça e no sistema político. Desde 1974 que temos sido incapazes de aperfeiçoar estes dois sistemas fundamentais do Estado de Direito Democrático. Assumimos responsabilidades partilhadas no que foi feito e no que ficou por fazer nestes domínios. Mas há uma urgência na mudança. Mudar profundamente.

Na oposição, o PS deve dar uma contribuição coerente e qualificada para que o programa de reformas visando a **melhoria da eficiência operacional da Justiça** seja executado com êxito e nos prazos previstos de forma a combater a morosidade processual, eliminar pendências e assegurar de forma efectiva e atempada o cumprimento de contratos, regras da concorrência e demais obrigações legais, tanto através da reestruturação do sistema judicial e adopção de novos modelos de gestão dos tribunais, como aprofundando a **aposta nos mecanismos extrajudiciais de resolução de conflitos**.

O PS dará o seu apoio a essas e a outras medidas que contribuam para uma Justiça mais simples e desburocratizada, mais célere, mais acessível, mais transparente e previsível, que assegure o cumprimento eficaz das obrigações, permita o funcionamento eficaz da economia e a protecção dos direitos fundamentais.

A aposta na criação de mecanismos de reforço da eficiência operacional da justiça deve ser prosseguida e enraizada, no contexto do alargamento a todo o território do novo modelo de organização judiciária, com novos instrumentos de gestão que permitam garantir uma adequada organização do trabalho e a modernização do parque judiciário.

Essencial, num contexto de crise, é a **redução dos custos de contexto**, facilitando a vida dos empreendedores, simplificando a vida das empresas, consolidando a vasta oferta de serviços electrónicos na área dos registos (como a Empresa na Hora) e soluções de balcão único (como o Casa Pronta) e incrementando a utilização dos serviços de registo on-line, designadamente no que respeita aos que passem pela utilização do Cartão de Cidadão.

O PS bater-se-á para que a **reforma processual e a reorganização judiciária assegurem que os cidadãos e as empresas possam prever os prazos de decisão dos diferentes tribunais e as audiências e diligências se realizem de forma organizada e com tempos de espera pré-conhecidos**.

A aposta nos meios de resolução alternativa de litígios é um grande objectivo nacional, nomeadamente em áreas como a cobrança de dívidas e os litígios em matéria tributária, intensificando os serviços de mediação familiar, laboral e penal e alargando a rede dos julgados de paz.

O início da legislatura é o bom momento para desencadear um processo participado do qual resulte a **revisão da lei eleitoral para a Assembleia da República**, salvaguardando os princípios da proporcionalidade. A futura legislação deve reforçar a governabilidade e representação. Os eleitores devem poder escolher o seu deputado, saber quem é e poder contactá-lo ao longo do mandato. Estes são os princípios orientadores da nossa

proposta, manifestando abertura para se encontrarem as melhores soluções, as quais podem ser conseguidas através da criação de círculos eleitorais de menor dimensão ou de círculos uninominais, neste caso com a criação de um círculo nacional que garanta a proporcionalidade. **Aproximar os eleitos dos eleitores é uma das nossas prioridades.**

É nossa convicção que esta alteração da lei eleitoral promoverá a participação eleitoral e contribuirá para promover a reconciliação de milhares de portugueses com a política. No mesmo sentido, tomaremos a iniciativa de consagrar o uso do voto electrónico e do voto em mobilidade para que os eleitores possam proceder ao exercício do sufrágio em qualquer secção de voto.

Avançaremos igualmente com a **alteração do sistema de governo das autarquias locais**, de modo a assegurar a formação de executivos municipais homogéneos, mais coerentes e eficazes, e, simultaneamente, uma democracia local mais efectiva, designadamente através do reforço das competências das assembleias municipais. Assim ficará claro quem governa e quem fiscaliza. Clarificação de funções, verdade eleitoral e transparência serão os princípios orientadores da nossa proposta, elaborada em diálogo permanente com os autarcas socialistas e a ANA/PS.

Pela nossa parte, tudo faremos para que as próximas eleições autárquicas (2013) e legislativas (2015) ocorram no quadro de novas leis eleitorais.

Na legislatura que agora se inicia, a Assembleia da República estará em condições de exercer os seus poderes de revisão constitucional. **Sendo favorável à estabilidade do conjunto do texto constitucional**, o PS retomará, no momento próprio, as contribuições que preparou e apresentou em 2010, participando no diálogo interpartidário necessário à aprovação de alterações à Lei Fundamental. O PS não viabilizará, todavia, quaisquer propostas que descaracterizem a matriz constitucional do nosso Estado de bem-estar.

As palavras estão gastas. As pessoas estão carentes de atitudes. Só através do exemplo poderemos reconquistar a confiança dos portugueses. Credibilizar a política e os políticos é uma das nossas preocupações centrais.

Nesse sentido devemos começar por nós próprios. Pela nossa casa. Pelo PS. Tratando bem os militantes e respeitando as suas ideias, ouvindo-os!

1.2. UMA NOVA FORMA DE FAZER POLITICA NO PARTIDO SOCIALISTA

Um Partido aberto a 360º. Um Partido aberto a 360º para dentro e para fora.

Para dentro, reforçando a democracia participativa (aumentando os direitos dos militantes), o envolvimento dos militantes e simpatizantes e a aposta na formação e no debate; apostando na transparência e na modernização das suas estruturas.

Para fora, apostando num Partido que deve abrir-se aos simpatizantes, aos novos movimentos de cidadãos, às redes sociais e às plataformas digitais. Um Partido que deve assegurar uma maior proximidade com os cidadãos (e nomeadamente dos Deputados com os eleitores). Um PS que apostará numa maior abertura e melhor participação, devolvendo o espaço nevrálgico da sua acção aos seus militantes e simpatizantes.

Assumimos uma **nova cultura de participação democrática**. Aprofundaremos a vida democrática interna, respeitando as normas estatutárias e garantindo que os órgãos reúnam com a periodicidade estabelecida e com o tempo necessário ao debate. As reuniões esporádicas e breves dos órgãos nacionais têm os dias contados. Também aqui inovaremos, dando aos órgãos nacionais a dignidade da preparação das nossas posições políticas. **As reuniões dos órgãos nacionais funcionarão segundo novos métodos e novas exigências.**

No mesmo sentido, **os órgãos nacionais do PS passarão a reunir em várias regiões do país e não apenas em Lisboa**. Utilizaremos um critério político para a escolha dos locais de reunião, em articulação com as respectivas federações, com o PS/Açores, com o PS/Madeira e concelhias. Um PS mobilizado tem que contar com os militantes e com os seus órgãos representativos.

Promoveremos numa Liderança colegial capaz de ouvir para depois decidir. Fomentaremos o pluralismo no debate e a unidade na acção. Mais e melhor debate são necessários para reforçar a nossa capacidade de intervenção e de acção. Dar voz a cada um dos militantes. Mobilizar os militantes que se inscreveram e que nunca foram chamados a dar o seu contributo político. A riqueza do PS está nos seus militantes e simpatizantes. Respeitar e envolver as pessoas na sua diversidade e pluralidade começará dentro do nosso espaço político. Cuidar das pessoas deve começar por nós próprios. A diferença de opiniões soma e fortalece o PS.

O novo ciclo está virado para o futuro. Mas não deixaremos de aprender com os erros

O NOVO CICLO

António José Seguro



do passado. Sobretudo é necessário revitalizar o PS com base numa plataforma alargada para a construção da alternativa política.

Realizaremos **plenários de militantes em todas as federações**. Ouviremos mais para decidir melhor. Queremos um partido a funcionar da base para o topo e não ao contrário. Queremos militantes activos e participativos e não apenas figurantes de eventos mediáticos.

Reactivaremos o Gabinete de Estudos (inexistente desde 2004). Passará a chamar-se Laboratório de Ideias. Terá uma estrutura própria, descentralizada e com presença nas redes sociais, de modo a criar oportunidades de participação para todos os militantes e simpatizantes do PS que queiram colaborar, a partir de qualquer ponto do país. Vamos aproveitar a inteligência e a competência dos militantes e dos simpatizantes. O **Laboratório de Ideias** será o motor de um verdadeiro debate aberto, plural a todos os sectores da sociedade portuguesa, dando um contributo relevante para a construção de uma proposta política alternativa, coerente e sólida.

No mesmo sentido, vamos recuperar a realização da **Universidade de Verão**, com periodicidade anual, como um dos momentos cruciais da formação e da reflexão política no interior do PS.

Lançaremos, no Congresso Nacional de Setembro, um amplo **debate nacional sobre a organização e funcionamento interno do PS**. Esse debate terá início no Congresso Nacional e decorrerá até ao fim no primeiro trimestre de 2012. Será um processo calendarizado, onde haverá tempo para **debate**, para a **formulação** de propostas e para a **deliberação**. Queremos mudar os métodos com o envolvimento dos militantes. A participação de cada militante e a melhoria da vida democrática interna serão os nossos objectivos. Mudaremos as práticas e aplicaremos internamente os princípios da conciliação entre a vida profissional, familiar e política. Por exemplo, nas grandes reuniões nacionais do PS (Congressos, Convenções, Comissão Nacional) assegurar-se-á serviços de apoio às mães e aos pais que têm crianças.

Este **debate nacional** reflectirá sobre uma nova forma de fazer política partidária, aproveitando os espaços disponíveis e deverá discutir todas as propostas sem tabus, nem preconceitos. Desde a **organização das estruturas (distrital, regional), passando pelo funcionamento dos órgãos, os métodos de trabalho, o acesso à informação, a comunicação, pela transparência do sistema eleitoral interno e igualdade de condições para as candidaturas, sistema de quotização, o financiamento das campanhas internas, a natureza dos Congressos em articulação com o sistema das directas, até ao método de escolha dos nossos candidatos para cargos políticos, incluindo a possibilidade da introdução das primárias, entre os militantes do PS**, como hoje já acontece para a eleição do Secretário-Geral e para a eleição dos Presidentes das estruturas regionais e federativas. Tudo deve ser colocado em discussão. Nada deverá ficar excluído. Não pretendemos impôr nenhuma proposta, mas participaremos com as nossas próprias ideias em pé de igualdade com todos os militantes.

Nesse sentido, **propomos ao XVIIIº Congresso Nacional que, com a aprovação desta Moção, mandate a Comissão Nacional para a aprovação dos novos Estatutos do PS**.

Promoveremos **uma nova relação com o Grupo Parlamentar do PS na Assembleia da República**. A liberdade de voto será o princípio determinante da acção dos Deputados da Assembleia da República, exceptuando as questões da governabilidade (Orçamento do

Estado, moções de confiança e de censura, entre outros), a proposta eleitoral com que nos apresentamos nas eleições legislativas e os compromissos assumidos pelo anterior Governo. Seremos o primeiro partido português a fazê-lo. Também aqui queremos dar o exemplo. O princípio da liberdade de voto não condiciona a procura de uma posição comum, antes potencia um debate plural e o exercício da autonomia responsável dos Deputados, num quadro de solidariedade para com as orientações políticas do partido. Pretendemos que a responsabilidade dos eleitos seja reforçada perante os eleitores.

O PS será um espaço aberto à participação dos jovens. Mas o PS conta muito com a **Juventude Socialista** para, autonomamente, promover a sua acção política e acrescentar espaços de participação próprios para que os jovens debatam e formulem propostas políticas para o país. A autonomia da JS é para respeitar.

Nesse mesmo debate incluiremos o **Departamento Nacional das Mulheres Socialistas**, “de modo a construir uma alteração estatutária que traduza uma visão mais ajustada à actual realidade social e política após a entrada em vigor da Lei da Paridade”. Aplicar no Partido o que defendemos na sociedade portuguesa. Superar a mera prática aritmética com a criação de condições objectivas para o cumprimento substantivo da paridade.

A relação com as comunidades portuguesas terá uma dupla vertente, numa lógica de relacionamento do partido com as suas estruturas e militantes (reforçando a comunicação e o apoio entre as **estruturas da emigração** e os órgãos nacionais do PS), por um lado e, por outro, com as políticas que são dirigidas aos portugueses residentes no estrangeiro.

Melhoraremos a relação com o mundo laboral. Manteremos um diálogo constante com os sindicatos, respeitando a sua independência, e incentivaremos a dinamização do papel da **Tendência Sindical Socialista**. Queremos um partido próximo dos trabalhadores. Mais activo na sociedade e menos fechado nos gabinetes ou nas estruturas orgânicas e funcionais. O PS deve assumir o mundo do trabalho. Não pode ser só o partido da classe média.

O PS tem de aprender e desenvolver novas formas de acção política para disputarmos o eleitorado que partilha os valores da esquerda em Portugal. É este o momento de o fazer, em diálogo franco e aberto. Estar atento e dialogar activamente com os **movimentos sociais**. Traduzir na nossa acção política a expressão dos seus anseios e das suas causas sempre ao serviço do interesse de todos os portugueses.

Nos próximos anos, seremos confrontados com três eleições. Primeiro as **eleições regionais**: na Madeira este ano e nos Açores em 2012. Os socialistas dos Açores e da Madeira contarão com a solidariedade nacional. Essa solidariedade terá expressão nos actos eleitorais e fora deles, pois decorre do respeito pelo aprofundamento do princípio das autonomias.

O PS/Açores tem a ambição, fundada na sua obra, em continuar a governar.

O PS/Madeira tem as condições para se afirmar como a alternativa ao poder instalado. A ambos expressamos a nossa solidariedade e apoio na concretização dos seus objectivos.

As eleições autárquicas de 2013 são uma prioridade da nossa acção política. A nossa meta é trabalhar para que o PS volte a ser o primeiro partido autárquico. Não será tarefa fácil, entre outras razões pelo facto de uma parte substancial dos actuais presidentes de câmara, autarcas de prestígio, não se poder recandidatar por força da lei. Para tal, é necessário iniciar desde já um trabalho, em articulação com as concelhias, as federações, o PS/Açores e o PS/Madeira, de modo a apresentar candidaturas competentes com a marca identitária do PS.

Até ao final do ano de 2012, teremos encerrado o processo de escolha dos nossos candidatos, permitindo ao PS entrar no ano eleitoral de 2013, pronto para vencer as eleições.

Ao longo de 2013, desenvolveremos um conjunto de iniciativas políticas por todo o país, em articulação com a ANA/PS, de modo a potenciar o trabalho autárquico desenvolvido e a valorizar as candidaturas do PS nos 308 concelhos do país.

Um PS renovado e com serviço de missão. O PS sempre soube abrir-se ao melhor que existe em cada freguesia e em cada concelho. Essa é ainda a força do PS na frente autárquica. Somos um partido autárquico aberto e arejado. Vamos prosseguir por esse caminho. As nossas listas integrarão militantes e independentes e, em conjunto com a Associação Nacional dos Autarcas Socialistas (ANA/PS), elaboraremos um **núcleo essencial de princípios e de políticas que serão a nossa marca distintiva em relação a outras forças políticas.**

Concorreremos em todo o país de forma autónoma, afirmando a nossa matriz e o nosso Programa em aliança com as populações e tendo em conta as dinâmicas próprias de cada freguesia e de cada concelho.

Também aqui, ouviremos e respeitaremos a vontade política das bases do nosso partido.

O NOVO CICLO

António José Seguro



O PS é o espaço natural da esquerda democrática. O espaço em que cada vez mais cidadãos depositam a sua esperança numa refundação ideológica. Devemos dinamizá-lo de modo a torná-lo atractivo para todos quantos têm preocupações sociais e buscam soluções realistas para os problemas dos portugueses.

Tomaremos a iniciativa na promoção desse debate ideológico e programático. Repensar a esquerda democrática e actualizar as nossas propostas em coerência com os nossos valores fundacionais. Há novas realidades sociais, económicas, civilizacionais, ambientais e culturais que carecem de novas respostas. Estaremos na primeira linha desse debate, na promoção e na apresentação de propostas políticas.

Um debate substantivo, sem tabus, nem preconceitos. Devemos começar por colocar muita coisa em causa. Só assim, encontraremos respostas sérias e duradouras. Há valores emergentes e problemas para os quais os nossos valores matriciais carecem de actualização.

Este debate deverá ultrapassar fronteiras e provocar as respostas europeias (**Partido Socialista Europeu**) e internacionais (**Internacional Socialista**) para as crises civilizacionais, económicas e sociais que atravessamos.

2. UM NOVO OLHAR SOBRE A EUROPA

Frequentemente as questões europeias são abordadas como se tratasse de assuntos de política externa. Afastamo-nos firmemente dessa concepção. A Europa faz parte da nossa vida quotidiana e as decisões das suas instituições têm um impacto no nosso país tal como as leis adoptadas na Assembleia da República. Muita da legislação nacional decorre das decisões adoptadas pela União Europeia. Abordar a política europeia como se tratassem de relações internacionais é um erro grave.

O PS estará na primeira linha do debate sobre o futuro da Europa, tal como esteve aquando da sua adesão, da criação do euro e da adopção do Tratado de Lisboa.

Olhamos para a União Europeia e não gostamos do que vemos. O projecto europeu esmoreceu. A solidariedade foi ultrapassada pelos egoísmos nacionais, onde prevalecem os interesses dos mais fortes. Aí formatam-se regras que não permitem escolhas políticas. Essas regras têm conduzido a maiores desigualdades sociais, a mais desemprego e a menos competitividade da economia europeia.

A Europa necessita de clarificação e de pôr fim à sua ambiguidade. Está provado que a união monetária não sobreviverá sem uma verdadeira União Política. **A UE carece de governação política e de governação económica.** Para tal é necessário dotar a UE de um verdadeiro orçamento, com mais recursos financeiros e de lideranças capazes de entender as emergências dos novos tempos.

Quando foi criada a União Monetária eram já evidentes algumas das suas potenciais fragilidades: o nível dos recursos próprios era insuficiente para resolver problemas de choques assimétricos; ao longo dos anos, esse nível foi diminuindo, sendo hoje inferior a 1% do total dos orçamentos nacionais, enquanto que no tempo de Jacques Delors (Cimeira de Edimburgo) tinha atingido os 1,25%, dando prioridade aos objectivos da coesão económica e social. Entretanto, a coordenação das políticas orçamentais e a harmonização fiscal deram apenas pequenos e tímidos passos.

A crise económica e financeira que teve origem no chamado problema do subprime pôs a nu as fragilidades da União Monetária e aumentou a incerteza e a volatilidade das economias europeias. O epicentro da crise ocorreu na Grécia, cuja dívida pública atingia no final de 2010 cerca de 142% do PIB. A dívida externa da zona euro era, por essa altura, cerca 86% do PIB, contando a Itália com 119%, a Bélgica com 102%, a Irlanda com 96% e Portugal com 93%. Existe hoje uma consciência muito aguda do **carácter imprescindível de políticas firmes de consolidação orçamental e de dinamização da economia, sobretudo dos sectores exportadores.** Mas o caso grego está a demonstrar que se forem apli-

O NOVO CICLO

António José Seguro



cadadas apenas as receitas tradicionais, não só a Grécia não conseguirá sair da crise em que mergulhou, como acabará por contagiar as economias do sul da Europa e, conseqüentemente, toda a zona euro.

O PS desenvolverá contactos, no interior da nossa família política europeia, para que seja **elaborada uma proposta comum alternativa ao modelo de governação europeu e portadora de novas políticas que permitam um desenvolvimento económico ao serviço das pessoas.**

Proporemos aos demais líderes socialistas dos países da União Europeia, uma reflexão e acção conjuntas com vista à saída da presente crise, nomeadamente a definição de medidas concretas para o reforço do governo político e económico no seio da União Europeia. Na nossa família política existe já um acervo interessante de reflexão recente, nomeadamente as contribuições de Jacques Delors, Felipe Gonzalez, Giuliano Amato e Mário Soares. Nos momentos de crise exige-se determinação e imaginação redobradas. Chegou a altura da família socialista, trabalhista e social-democrata europeia assumir um compromisso forte dando a máxima prioridade ao crescimento económico e ao emprego. A Europa tem que agir em conjunto. Não podemos continuar com uma política monetária e várias políticas económicas. Urge articular as respostas contra a crise com as reformas de futuro que necessitamos.

A criação de um instrumento de emissão conjunta de dívida pública (eurobonds) permitiria uma nova relação com os mercados financeiros, proporcionando taxas de juro mais razoáveis. Por outro lado, este instrumento deveria articular-se com investimento de qualidade e dependente do cumprimento das metas de consolidação orçamental contratadas.

A democracia política, a modernização económica e a ideia de Estado de Bem-estar estiveram sempre em Portugal, desde 1974, associadas ao projecto europeu. Assegurar que Portugal participe no núcleo central do processo de construção europeia continua a ser um objectivo que deve ser assumido como estratégico pelo Partido Socialista.

A defesa de uma melhor governação à escala europeia no interesse da estabilidade e da convergência será um dos pontos nucleares da agenda política do PS.

O recente desenvolvimento global das soluções neoliberais é uma bolha ideológica pronta a explodir. Somos por uma **mundialização saudável e sustentável**, baseada numa cooperação entre os povos, respeitando as suas culturas e o seu direito à dignidade e à

O NOVO CICLO

António José Seguro



felicidade. Acreditamos que um outro modelo de globalização é possível e que a Europa deve ter um papel determinante nesse processo.

Estaremos profundamente envolvidos com todos os portugueses que nos quiserem acompanhar nesta batalha no desígnio forte de refundar a Europa como referência duma globalização sustentável e de fazer do socialismo democrático a narrativa e a política alternativas ao neoliberalismo e ao pensamento único.

3. PARA CUMPRIRMOS PORTUGAL

Tomar nas nossas mãos os nossos destinos parece simples, mas tem sido o mais difícil da nossa história como povo. E não é de agora. Tem sido de quase sempre.

Há quem diga que temos uma patologia. Não nos governamos nem nos deixamos governar.

Não estamos de acordo. Não nos resignamos a pensar que somos um Povo dispensável.

E nem nos preocupa que até agora a narrativa da nossa História, como povo, nos contradiga. Já conseguimos muito no passado e no presente. Triunfaremos no futuro. Temos áreas e práticas de excelência. Somos um país rede e uma nação global com um reconhecimento político que vai para além do peso económico. Temos características que nos permitem ambicionar vencer na nova **economia global sustentável**, na qual acreditamos, onde temos mais condições competitivas que na moribunda economia actual, baseada no desrespeito pelo ambiente e na competição sem regras.

É necessário refazer quase tudo. Ao dizê-lo é reconhecermos a situação complicada de onde partimos no plano político, económico, social e cultural.

A tarefa é muito difícil, árdua e exige clareza e muitíssima energia.

Mas há um caminho. Há um rumo que deve ser traçado, respeitando o património dos enormes avanços na modernização da sociedade portuguesa, conseguidos nos últimos seis anos. Com muito trabalho. Com muitos exemplos. Exemplos para que o cumprimento seja um sentimento de orgulho e não de obrigação.

Para que isso aconteça é necessário mobilizar os portugueses.

Muitos deles estão cansados de tantos discursos e de tantos sacrifícios. **Os planos de austeridade não podem ser o nosso destino.** O nosso destino tem que ser um projecto de esperança.

É necessário motivar os portugueses. Dar-lhes razões para voltarem a confiar e a acreditar. Falar-lhes verdade em todos os momentos e atraí-los para a construção do nosso futuro!

Não há uma varinha mágica para resolver os problemas com que se debate o país. Só com o contributo de cada um de nós poderemos superar os graves problemas que nos assolam.

Por isso, a primeira condição é ser frontal e transparente com as pessoas, não esconder nada, não negar nenhum problema. Só com frontalidade e transparência é possível dar confiança e esperança aos portugueses.

Daí ser necessário clarificar de onde partimos e onde queremos chegar.

Queremos construir um país que inicie uma trajectória de crescimento sustentável, convergente com a média dos países mais desenvolvidos da Europa, de modo a criar oportunidades de realização profissional e pessoal para as novas gerações.

Temos uma ideia para Portugal. Uma ideia aberta que queremos desenvolver e concretizar envolvendo as pessoas.

Portugal é hoje um País mais preparado para transformar o conhecimento, a tecnologia e a capacidade inovadora em valor. **Isso implica assumir uma centralidade política e económica na nova economia global.** Liderar em sectores que vão fazer a diferença como as novas energias, a eficiência energética, as novas soluções tecnológicas e a logística. Ousar aplicar as novas soluções desenvolvidas para construir respostas de proximidade e com elevada qualidade na saúde, na qualificação ou na mobilidade. Fazer dum País um laboratório global de novas soluções para a economia global, valorizando os sectores ditos tradicionais e os recursos endógenos como a floresta, o território, a energia renovável e o mar. Ambicionamos um Portugal mais competitivo e mais inclusivo.

Queremos cumprir Portugal mobilizando as pessoas para a mudança e colocando-as no centro da nossa visão dum Portugal melhor. As pessoas sempre em primeiro lugar, mas pensadas para além de meros destinatários de direitos e deveres individuais. Pessoas enquanto cidadãos activos de comunidades sustentáveis.

Acreditamos nas pessoas e na importância da sua qualificação. Pugnaremos por uma responsabilização das comunidades, devolvendo competências à sociedade, reforçando as suas capacidades e promovendo parcerias fortes com o Estado, na solução dos problemas sociais que agravam as desigualdades e ferem a matriz solidária da sociedade que queremos.

Daremos atenção particular às **vulnerabilidades específicas da população**, onde desenvolveremos linhas próprias de acção. Recusamos modelos massificados de intervenção e adoptando perspectivas “individualizadas” de resposta.

Daremos prioridade a dois grupos particulares de cidadãos sobre os quais assenta muita da ambição de futuro e da matriz solidária do Portugal que queremos: **às crianças** - concretizando uma política de infância, indo muito para além da educação e da saúde, complementando as valências do Estado com as respostas da sociedade e valorizando as políticas públicas, como instrumento insuperável de promoção da inclusão; **e aos idosos**

- a esperança de vida tem vindo a aumentar. A vida activa potencial é muito mais longa. Enfrentaremos o desafio de pensar os idosos à luz do que são hoje: novos, saudáveis, competentes, adequando as políticas a essa realidade. A sua experiência de vida deve ser valorizada e aproveitada.

É possível um país novo. Que recuse e combata as desigualdades sociais e a pobreza. Gerador de mais e melhores oportunidades de emprego, em particular para os mais jovens. **Um país capaz de estabelecer uma cultura de responsabilidade.** Uma nova relação entre o Estado e o Cidadão, baseada na confiança. Uma cultura de trabalho e de poupança. A valorização do trabalho e o respeito da dignidade das pessoas em todas as suas condições.

A fraca taxa de natalidade, e as suas consequências na sociedade e na economia, ocupam o centro das nossas preocupações. O país tem de estabelecer políticas públicas, com racionalidade, para enfrentar este grave problema estrutural.

De onde partimos

A economia portuguesa terminou um ciclo. Esgotou muita da sua capacidade de acção e, se nada for feito que mude as suas condições estruturais de funcionamento, entraremos num processo de declínio.

As nossas vulnerabilidades são hoje mais e, simultaneamente, mais evidentes. Sabemos também que, mais do que contar com outros, teremos que contar em primeiro lugar connosco para ultrapassarmos as nossas dificuldades.

Neste contexto, afigura-se de primordial importância **o cumprimento do pacote de reformas económicas associadas ao programa de assistência financeira** como condição sine qua non para a manutenção da liquidez fundamental ao financiamento da economia portuguesa e ao regular funcionamento do Estado, do sistema bancário e do aparelho produtivo português. No entanto, o pacote de reformas associadas ao programa de assistência financeira apresenta em muitas dimensões uma latitude de interpretação significativa no que se refere à implementação concreta das medidas, **a qual deixa espaço para a discussão política e para o diálogo construtivo entre o Governo e o maior partido da oposição.**

As medidas incluídas no programa de assistência visam, no essencial, o restabelecimento das condições de financiamento da economia portuguesa no prazo do programa. No entanto, a sustentabilidade da economia portuguesa no médio e longo prazo, isto é, após o fim do programa de assistência financeira, exige a manutenção de um crescimento económico sustentado, que permita não apenas fazer face ao reembolso do empréstimo concedido ao abrigo daquele programa, como também assegurar **o reinício do processo de convergência real da economia portuguesa no seio da área do euro.**

Não é demais reforçar que a manutenção do modelo de Estado de Bem-estar europeu em Portugal não se compagina com soluções imediatistas e irresponsáveis para a actual situação económica e financeira que passem quer pelo incumprimento deliberado das responsabilidades financeiras do Estado português, quer pelo abandono da área do Euro. Tais soluções acarretariam uma destruição da economia portuguesa e do Estado de Bem-estar e mergulhariam o país numa crise sem paralelo na economia portuguesa e com consequências políticas, económicas e sociais imprevisíveis.

O PS, enquanto maior partido da oposição, jamais estará associado a esta visão derrotista e conformada do país. O actual modelo social europeu exige uma **partilha de risco**, a qual só pode ser assegurada no contexto de uma ampla união monetária, que eliminando o risco cambial, permite, em condições de regular funcionamento, assegurar condições de financiamento estáveis que permitam diluir o impacto de adversidades impossíveis de antecipar.

O PS, como o principal partido de oposição defende que as duas áreas críticas de governação a curto prazo são as finanças e a economia.

Nas Finanças, a prioridade imediata será a redução sustentada do défice público e da dívida do Estado. Mas esta prioridade não deve pôr em causa opções fundamentais, e menos ainda a equidade na acção do Estado. Isto num contexto em que há riscos fortes de subida das taxas de juro adicionais, o que cria dificuldades acrescidas a um país com necessidade de capital como o nosso.

Na Economia, a prioridade terá que ser ganhar competitividade e capacidade exportadora, mas com os respectivos benefícios a serem distribuídos equitativamente entre os que nele participem. Apoiar os sectores económicos e empresas que simultaneamente permitam reforçar a produtividade, gerar riqueza e criar empregos, para viver o presente.

Apostar de forma consistente nos recursos humanos e na reforma dos sistemas de enquadramento à nossa economia e sociedade – ciência e tecnologia, formação profissional, justiça, segurança, saúde, território, para preparar o futuro.

O País precisa duma nova estratégia económica que crie as bases para um crescimento económico de qualidade, sustentável, duradouro e socialmente justo. Passos muito importantes no sentido da mudança foram dados nos últimos anos pelo governo do PS com a aposta na qualificação das pessoas, na investigação científica, na desburocratização, nas energias renováveis, na diversificação dos mercados externos. Portugal necessita de prosseguir esse esforço na área da ciência. Precisamos de inovar para sermos um país mais competitivo e produtivo. Só promovendo a investigação, poderemos inovar. Daí a aposta na ciência e na tecnologia.

Muito se fez, mas a crise internacional e as perturbações financeiras que lhe estão associadas exigem uma resposta ainda mais decidida e inovadora, que prossiga e integre aquelas linhas de mudança já iniciadas mas que ao mesmo tempo abra novos caminhos de mais vastos horizontes.

Por isso, uma nova estratégia económica deve ter como prioridade imediata o **apoio à produção dos bens e serviços transaccionáveis**, em particular, os da agricultura, das florestas, das indústrias, da pesca e aquacultura, do turismo, que são as actividades que nos permitirão reduzir as necessidades de financiamento do exterior. Quando tivermos as contas externa equilibradas dispostos então de maior margem para fazer crescer a procura interna. Crescimento que será essencial para fazer aumentar o emprego e reduzir, assim, a taxa de desemprego.

Para aumentarmos rapidamente a produção precisamos de mais investimento, que, infelizmente, se reduziu muito nos últimos anos. Por isso, um dos vectores essenciais dessa estratégia de desenvolvimento será o aumento do investimento e a sua orientação para os sectores mais prioritários do ponto de vista do equilíbrio das contas com o exterior.

Para isso, terão de ser dados incentivos ao aumento da poupança interna, terá de se fazer um esforço suplementar de atracção do investimento estrangeiro e terá de se orientar a concessão de crédito - que será sempre um recurso escasso nos próximos anos - para as actividades verdadeiramente essenciais.

O lançamento de grandes programas mobilizadores das energias nacionais para o desenvolvimento das actividades relacionadas com o mar, com as florestas e com a produção e utilização racional da energia serão pilares de primeira importância na estratégia.

A negociação das perspectivas financeiras para o período 2014-2020 deve

O NOVO CICLO

António José Seguro



reflectir-se nestas prioridades. Não aceitaremos que se abandone o princípio da coesão nem apoiaremos uma proposta que agrave as desigualdades entre as regiões europeias.

O Memorando assinado com a “Troika” não é a solução para todos os nossos problemas, apenas nos garante o financiamento da nossa economia num período crítico. Temos que voltar a crescer para consolidar de forma sustentável as contas públicas, criarmos emprego, gerar mais valor e conquistar novos mercados.

O nosso problema principal é o fraco crescimento económico. É essa, também, a nossa maior fragilidade face aos mercados financeiros. Aplicar o Memorando não pode ser por isso um mero exercício tecnocrático e contabilístico. É preciso fazer escolhas e o PS fará essas escolhas e negociará essas opções no seu contributo activo para o cumprimento dos nossos compromissos internacionais.

É preciso mais do que a aplicação do memorando para que a economia portuguesa entre num novo ciclo de crescimento saudável que permita cumprir Portugal. Aproveitaremos toda a margem de diferenciação e escolha disponível. E aproveitá-la-emos com rigor e capacidade de escolha, apostando nas empresas que têm vindo a contribuir para um crescimento sustentado das exportações e naquelas que substituem importações, reforçando ao mesmo tempo a aposta nas redes de eficiência colectiva, nos pólos de competitividade e nos clusters, **desenvolvendo políticas de industrialização de nova geração** baseada na competição interna e na competição externa em plataformas com massa crítica e capacidade negocial.

O ajustamento económico implica uma combinação rigorosa entre as respostas de emergência e as reformas de fundo. É preciso salvaguardar e modernizar a base produtiva ao mesmo tempo que se ajustam as variáveis macroeconómicas. O Plano Nacional de Reformas entregue em Bruxelas (Portugal 2020) constitui uma base de referência. Um Portugal com a ambição de convergir e atingir a média europeia em 2020 nos indicadores da ciência, da inovação, da sustentabilidade energética, das qualificações e do abandono escolar e na redução das desigualdades e da pobreza.

Um Portugal inteligente verde e inclusivo, com espaço para as indústrias e os serviços de ponta, a economia social ou a exploração de novos nichos de mercado baseados na identidade, na criatividade e na integração de soluções.

Pugnamos pela concertação estratégica entre o poder político e os principais actores económicos e sociais. A concertação social deverá concentrar-se no estabelecimento de acordos de médio prazo.

Mudar de forma estrutural como pretendemos implica uma convergência robusta em torno de valores claros e princípios firmes. Não queremos uma reforma contra ninguém. Queremos mobilizar uma convergência activa e inteligente por Portugal, cumprindo a nossa vocação de economia aberta, criativa e capaz de criar valor com a sua capacidade relacional com os vários espaços económicos.

O crescimento económico sustentável implica escolhas. Promoveremos as bases duma economia competitiva continuando as apostas nas qualificações, na inovação, na tecnologia e na ciência. Não nos substituiremos aos agentes económicos nas suas escolhas. Mas a nossa opção é clara. Não temos condições para sustentar uma economia de subsistência. Dando a todos condições para se modernizarem e internacionalizarem, os que o conseguirem terão um apoio acrescido das políticas públicas para consolidarem padrões de produtividade e de competitividade que os afirme à escala dos mercados globais.

Defendemos o primado das pessoas sobre os mercados. Um capitalismo ético e não de casino. Uma economia de mercado que não pode contaminar nem dar origem a uma sociedade de mercado. Defendemos uma regulação rigorosa e estreita dos mercados financeiros e na sua efectiva fiscalização. Defendemos o fim dos “off-shores”. Apostamos na economia social como pilar forte dum modelo económico sustentável. Uma economia sustentável ao serviço do Homem, tem que ser cada vez mais uma economia regulada, transparente e com políticas públicas que assumam os referenciais de acção e reflectam os mandatos de representação que são outorgados aos responsáveis políticos. **Não nos substituiremos à economia e aos mercados mas também não nos omitiremos perante eles.** O PS como grande partido defensor duma economia de mercado com sensibilidade social não abdicará dos seus princípios e dos seus valores na definição duma alternativa sustentável e socialmente justa para o desenvolvimento do País no quadro da globalização em curso.

Defender o Estado de Bem-estar, a escola pública de qualidade e redes fortes de protecção social como nós defendemos não é compatível com uma atitude passiva, imobilista e contrária à mudança e à inovação.

O NOVO CICLO

António José Seguro



A execução da reforma da **Segurança Social** necessita de ser monitorizada e avaliada de forma a evitar o regresso a uma situação de insustentabilidade. A recente crise financeira internacional reforçou a importância da manutenção de um sistema público de Segurança Social.

O mesmo acontece na saúde. Defendemos o **Serviço Nacional de Saúde** que assegure a todos os cidadãos, independentemente dos seus recursos económicos, a prestação de serviços de qualidade. A sensibilidade social é uma marca do PS e estará presente na nossa acção política.

Defendemos o primado das pessoas e do seu envolvimento, no quadro das famílias e das comunidades, na definição das soluções e dos modelos mais adequados. O Estado não se eximirá da sua responsabilidade, mas será sobretudo um facilitador das soluções encontradas na sociedade e um recurso quando essas soluções falharem, garantindo ao mesmo tempo o prosseguimento na aposta na modernização das infra-estruturas sociais que apoiam o trabalho das comunidades e das instituições. Acreditamos nas políticas de proximidade. **Com as novas tecnologias e o envolvimento das pessoas é preciso fazer muito mais com menos dinheiro, investindo os recursos da cooperação, do voluntariado e da solidariedade.**

Queremos um Estado melhor, mais forte e mais eficaz. Isso mede-se pela satisfação e qualidade dos serviços públicos proporcionada às pessoas e às empresas. A administração pública tem que reflectir, em todas as suas dimensões, aquele propósito.

A aposta nas energias renováveis e na eficiência energética colocou Portugal como um referencial de modernidade e de acção no plano europeu e global. Não permitiremos que seja desbaratada essa vantagem. Com rigor, apostaremos na investigação, na promoção de novas tecnologias e na valorização dos recursos endógenos. Com a volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis e as recentes evoluções na energia nuclear, a aposta portuguesa nas energias renováveis assume um carácter ainda mais estratégico. Estratégico para a balança de pagamentos, estratégico para as exportações, estratégico para a independência energética, estratégico para a criação de emprego, estratégico para o ambiente e estratégico para um novo modelo descentralizado de envolvimento das pessoas e das comunidades na produção da sua própria energia.

Apostaremos no **desenvolvimento da agricultura e do mundo rural**. Os recursos endógenos são a base da riqueza de um País. Um desenvolvimento ambientalmente sustentável permitirá criar emprego e valor, usando melhor o território, a floresta, a energia, os recursos agro-pecuários e o mar.

O PS manter-se-á fiel às suas posições em matéria de **defesa e segurança no quadro da NATO e da União Europeia**, pugnando para que a Europa seja um pilar, com visão própria, no seio da comunidade internacional na prossecução da paz e da boa relação entre os povos.

Defendemos o **aprofundamento das autonomias nos Açores e na Madeira**, no quadro dos princípios de solidariedade nacional – continuidade territorial e coesão – e como forma, comprovada, de responder às necessidades dos açorianos e dos madeirenses.

A defesa das autonomias regionais corresponde à nossa concepção de um Portugal moderno e solidário.

O PS é o partido da consolidação das autonomias regionais através da adopção de políticas que traduzem os princípios da coesão social e territorial. Seremos firmes na

defesa destes princípios e na observação da geografia específica da região autónoma dos Açores. A lei das finanças regionais deve dar expressão a estes princípios de forma transparente.

A reorganização administrativa do Estado deveria ser consequência do debate sobre as funções do Estado moderno, estratega, regulador e solidário. Infelizmente, o memorando estabelece medidas que impedem essa reflexão tão necessária. Não obstante, **o PS não aceitará uma reorganização administrativa, desenhada nos gabinetes do Terreiro do Paço e imposta às populações.**

Somos contrários à extinção dos actuais concelhos, excepto se o mesmo decorrer da vontade própria das suas populações. É possível, e desejável, poupar recursos através do associativismo intermunicipal.

Em relação às freguesias, é possível encontrar soluções de racionalidade, procedendo à eliminação da duplicação de estruturas administrativas, em particular nas zonas urbanas e nas sedes de concelho. No mundo rural, a junta de freguesia é, por vezes, a única ligação das populações com o Estado. Deveremos agir com bom senso e não desproteger partes do nosso território, no interior, já tão desertificado. As populações locais devem ser previamente auscultadas e participar activamente nesse processo. A manutenção da identidade e a introdução de maior racionalidade constituirá um equilíbrio desejável.

Afirmamos a nossa opção pela regionalização do continente. Portugal é um Estado Unitário e assim deve continuar. Mas tem sido um Estado centralizado e tem norteado a sua acção por uma forte cultura centralista. A visão moderna que temos do Estado inspira-se nos valores da República, proporcionando níveis intermédios de poder para responder melhor aos problemas das pessoas e criar mais espaços de participação na vida pública do país. Regionalizar o continente, com equilíbrio, e com um único propósito: melhorar a vida das pessoas e das empresas.

É fundamental insistir na necessidade de valorizar e reconhecer a importância das nossas **comunidades espalhadas pelo mundo**, fazendo com que participem de forma mais visível na definição dos destinos do nosso país. Ao mesmo tempo, é desejável uma mudança de atitude na nossa sociedade, a começar pelos serviços da administração pública, para que os nossos compatriotas não se sintam estranhos no seu

próprio país. Portugal mudou; as comunidades portuguesas também mudaram e mudam. Estão sujeitas à sedução de múltiplas sociedades de acolhimento. Importa apoiar as comunidades de portugueses, reforçando as afinidades com Portugal.

O PS contribuirá activamente para **a afirmação da língua portuguesa no Mundo** e apostará fortemente nos relacionamentos nos espaços, institucionais e informais, da lusofonia. Numa sociedade do conhecimento a língua é um recurso estratégico e deve ser uma prioridade política, orçamental e diplomática.

A diversidade constitui um património fundamental da identidade Portuguesa. O forte desenvolvimento económico e social que observamos nos últimos anos transformaram Portugal num país atractivo para pessoas de outros países que encontraram em Portugal um local de trabalho e de sedimentação das suas famílias. Os recentes governos socialistas desenvolveram um trabalho notável e reconhecido internacionalmente nas políticas de **acolhimento e de integração das comunidades migrantes**, assim como, na promoção do diálogo intercultural. No entanto, o impacto da afirmação das políticas migratórias humanistas e promotoras dos direitos humanos deve continuar a ser uma prioridade da reflexão política no nosso partido. O crescimento galopante de forças políticas extremistas por toda a Europa merece da nossa parte uma particular atenção, uma vez que estas ideias devem ter uma firme resposta que passa pela integração positiva dos emigrantes, pela promoção dos seus direitos e pelo combate a todas as formas de racismo, de discriminação e de exclusão social. Esta é uma área em que o partido socialista poderá ter um contributo importante na construção de propostas humanistas e positivas na prossecução de uma sociedade intercultural

O diálogo e a coesão inter-geracional constituem um dos maiores desafios da sociedade Portuguesa e Europeia contemporâneas. O envelhecimento gradual da nossa população tem complexas consequências no sistema de segurança social. A necessidade de investimento público, em transferências e serviços relacionados com o envelhecimento da população são uma inevitabilidade. Como resultado, a despesa pública em pensões, saúde e cuidados de longa duração para a terceira idade irão crescer significativamente. Em paralelo, a juventude faz face a dificuldades que se agigantam em aceder a educação de qualidade, ao mercado de trabalho e a emprego com remuneração digna. Estes desafios ameaçam a capacidade de

O NOVO CICLO

António José Seguro



autonomia dos nossos jovens, o cumprimento das suas aspirações e o seu direito a uma vida digna enquanto membros da nossa sociedade. Assegurar que estas evoluções demográficas não são vistas apenas como um conflito e uma batalha pelos recursos entre jovens e mais velhos, transformando esta realidade social em oportunidades, devem ser prioridades para Portugal e para o PS. Transformar esta ameaça de apartheid geracional numa sociedade coesa e que assume a solidariedade e a cumplicidade entre as gerações faz parte das nossas preocupações e constitui um imperativo ético. Chegar a uma distribuição equitativa da prosperidade entre as gerações e assegurar a dignidade de cidadãos e cidadãs de todas as idades exige um diálogo activo e a criação de instrumentos activos de solidariedade entre as gerações, que promovam o contacto e a inclusão e reduzam inibições e preconceitos. O potencial de intercâmbio de experiências e vivências deve ser explorado assegurando a partilha de novas e consolidadas capacidades. **A memória e a inovação, assim como aqueles que as protagonizam, deve ser objecto de cuidado intercâmbio.**

O PS deve ter uma cuidada atenção na **programação cultural, na utilização dos equipamentos sociais, culturais e de lazer** assim como nas opções urbanísticas nas políticas de promoção de natalidade e do repovoamento, nas suas práticas autárquicas para cultivar a solidariedade entre as gerações.

A **igualdade entre homens e mulheres** constitui um dos desafios mais importantes na prossecução de uma sociedade mais justa e inclusiva. A participação equilibrada de homens e mulheres nos mecanismos de tomada de decisão é, no Novo Ciclo, fundamental para uma nova conceptualização da vida pública, para uma nova abordagem da construção democrática e acima de tudo para a geração de uma nova dinâmica social capaz de promover um crescimento mais inclusivo e uma sociedade mais eficiente.

Acreditamos ser possível ter melhor qualidade de vida, mais **conciliação entre a vida pessoal, laboral e familiar**. A forma mais eficaz de a promover é através de uma maior participação dos homens na vida privada e das mulheres na vida pública. O reforço da reflexão sobre a participação efectiva das mulheres na vida interna do PS terá de reflectir obrigatoriamente o projecto de sociedade que preconizamos.

Os grandes desígnios do nosso país residem na **consolidação de uma escola**

O NOVO CICLO

António José Seguro



pública de excelência que combata o abandono escolar, que crie cidadãos qualificados para a competição no mundo global, capazes de transformar o nosso modelo económico num modelo assente no conhecimento, no capital humano, na criatividade e na inovação, e não nos baixos salários, na precariedade e no trabalho pouco qualificado.

Investir na criatividade e cultivar o empreendedorismo será uma tarefa que obrigará à revisão dos processos formativos dos jovens, assumindo uma perspectiva holística que colocará, ao serviço desses mesmos processos, agentes e metodologias dos universos da educação formal e da educação não-formal. Neste quadro, para além das entidades ligadas ao sistema de ensino, serão chamadas a intervir instituições mais vocacionadas para a educação não-formal, designadamente as **associações juvenis**, que não deixarão assim de ser incentivadas a participar no esforço de consolidação da via do desenvolvimento nacional.

A adopção de **estilos de vida saudáveis** deverá continuar a ser uma prioridade, tanto como área nuclear de intervenção quanto como princípio de referência para a ocupação de tempos livres. Contudo, assumindo muito realisticamente as alterações registadas nos últimos anos no quadro das ofertas de serviços por diversas entidades, onde pontuam, por exemplo, as autarquias locais, deverá haver lugar a uma reavaliação das formas como centralmente o Estado se tem posicionado nesta matéria.

4. O CONTRIBUTO DE CADA UM DE NÓS

O Novo Ciclo tem as pessoas como referência primordial. Cada um de nós conta e é convidado a dar o seu contributo. Propositadamente, esta Moção não apresentou uma proposta política alternativa fechada. Este é um ponto de partida e não de chegada. Este é o início de uma caminhada que faremos juntos.

No capítulo anterior, intitulado CUMPRIR PORTUGAL encontram-se as âncoras da alternativa política que ambicionamos propôr aos portugueses para voltarmos a governar Portugal. A sua construção começa agora e precisa de si.

As centenas de contributos que nos chegaram para a elaboração desta moção estão já a ser trabalhadas nesse sentido. Não há tempo a perder. Para nós, a sua opinião conta.

Neste sentido manteremos activa a caixa de correio para continuar a receber as suas opiniões: contributosparaonovociclo@gmail.com

O Novo Ciclo começou a 9 de Junho e vai continuar. O Novo Ciclo não é a candidatura de uma pessoa a um cargo. O Novo Ciclo é um movimento, participado por todas e por todos, militantes e simpatizantes do PS, que ambicionam construir um PORTUGAL de esperança, próspero, desenvolvido e mais justo.

Ao longo dos trinta e sete anos de democracia o Partido Socialista tem dado ao País o melhor do seu esforço, servido por quadros de elevada qualidade, grandes autarcas nas Freguesias, Assembleias e Câmaras Municipais, Presidentes de Câmara com grande obra feita, dirigentes, responsáveis em instituições voluntárias de solidariedade social, cultura, desporto, ou desenvolvimento, deputados, governantes, chefes de governo e supremos Magistrados da Nação.

Centenas de milhares de mulheres e homens fizeram do PS um grande Partido, com uma grande história.

Vamos continuar a escrever a nossa história.

O PS precisa de si! O PS chama por si!

Para o novo ciclo. Para Cumprirmos Portugal.

O NOVO CICLO

António José Seguro



No futuro assumimos os compromissos do presente mas somos livres de reflectir e desenhar novas soluções, exigir outras práticas e apostar no rejuvenescimento de ideias e protagonistas.

É imperativo virar a página. Honrando os valores e a História do PS e assumindo o nosso património por inteiro.

Uma nova fase, com credibilidade, responsabilidade e criatividade, com novas soluções para novos problemas e contextos.

No entanto, a matriz é a mesma, os valores de sempre do PS, do socialismo democrático.

É neste quadro que pretendemos desencadear um Novo Ciclo.

Abrir O Novo Ciclo.

Dar esperança a Portugal e aos portugueses.

O NOVO CICLO

António José Seguro



<http://www.onovociclo.org>

<http://facebook.com/antonioseguro>

<http://youtube.com/antonioseguro>

Largo do Rato, 2 - 1269-143 Lisboa

e-mail: contributosparaonovociclo@gmail.com